



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS - ICEAC
CURSO DE BACHARELADO EM COMÉRCIO EXTERIOR

ABERTURA COMERCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR DO
BRASIL (1964-1985)

ANA BEATRIZ DA SILVA ASSUMPÇÃO

Santa Vitória do Palmar
2025

ANA BEATRIZ DA SILVA ASSUMPÇÃO

**ABERTURA COMERCIAL DURANTE A DITADURA MILITAR DO
BRASIL (1964-1985)**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel, pelo Curso
de Comércio Exterior da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG.

Orientador: Prof. Doutor Jorge Alberto
Orellana Aragón

**Santa Vitória do Palmar
2025**

Aprovado em 27 de janeiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Doutor Jorge Alberto Orellana Aragón - Orientador

Prof.^a. Doutora Blanca Lila Gamarra Morel- Membro

Prof. Doutor Jonathan Rodriguez Castelli - Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela minha vida e pela maravilhosa jornada que Ele traçou para mim.

Em seguida, expresso minha gratidão a meu pai, que dedicou sangue e suor para educar a filha que tenho sido, lutando diariamente mesmo após sua aposentadoria. Ele é meu exemplo de super-herói e de como quero viver minha vida.

Também agradeço à minha mãe por nunca soltar minha mão e por sempre desejar o melhor para mim, moldando a mulher que sou hoje.

Por último, agradeço especialmente a cada professor que fez parte desta minha jornada acadêmica. Mesmo diante das minhas dificuldades de entendimento e do medo de não ser suficiente, eles me mostraram que com esforço e perseverança podemos alcançar nossos objetivos.

"Sua Falta de fé é perturbadora."

Darth Vader

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o grau de abertura comercial do Brasil durante o período da ditadura empresarial-militar. Inicialmente, foi apresentada uma visão geral de cada governo militar do período de 1965 a 1985 e seu impacto na estrutura da economia brasileira. Foi realizada uma análise do grau de abertura comercial durante os governos militares em cada fase específica, investigando políticas econômicas, acordos comerciais internacionais, reformas institucionais e outros fatores relevantes que influenciaram a política comercial do país ao longo do tempo. Por último, foi aplicado um modelo econométrico para avaliar o crescimento do Produto Interno Bruto em relação às importações, exportações e à ditadura militar. Os resultados mostram que não ocorreram mudanças drásticas na abertura comercial no período. A política comercial adotada durante a ditadura militar não repercutiu negativamente sobre o crescimento do PIB do Brasil.

Palavras-chave: abertura comercial, ditadura militar, política econômica, acordos comerciais internacionais, desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the degree of trade openness in Brazil during the period of the business-military dictatorship. Initially, an overview of each military government from 1965 to 1985 and its impact on the structure of the Brazilian economy was presented. An analysis of the degree of trade openness during the military governments in each specific phase was conducted, investigating economic policies, international trade agreements, institutional reforms, and other relevant factors that influenced the country's trade policy over time. Finally, an econometric model was applied to assess the growth of the Gross Domestic Product in relation to imports, exports, and the military dictatorship. The results show that no drastic changes occurred in trade openness during the period. The trade policy adopted during the military dictatorship did not have a negative impact on Brazil's GDP growth.

Keywords: trade openness, military dictatorship, economic policy, international trade agreements, economic development.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar el grado de apertura comercial de Brasil durante el período de la dictadura empresarial-militar. Inicialmente, se presentó una visión general de cada gobierno militar del período de 1965 a 1985 y su impacto en la estructura de la economía brasileña. Se realizó un análisis del grado de apertura comercial durante los gobiernos militares en cada fase específica, investigando políticas económicas, acuerdos comerciales internacionales, reformas institucionales y otros factores relevantes que influyeron en la política comercial del país a lo largo del tiempo. Por último, se aplicó un modelo econométrico para evaluar el crecimiento del Producto Interno Bruto en relación con las importaciones, exportaciones y la dictadura militar. Los resultados muestran que no se produjeron cambios drásticos en la apertura comercial durante el período. La política comercial adoptada durante la dictadura militar no tuvo un impacto negativo en el crecimiento del PIB de Brasil.

Palabras clave: apertura comercial, dictadura militar, política económica, acuerdos comerciales internacionales, desarrollo económico.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
RESUMEN	7
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A ERA DOS GOVERNOS DITATORIAIS E OS DESAFIOS ECONÔMICOS DO BRASIL.....	15
2.1 Castelo Branco (1964-1967).....	15
2.2 Costa e Silva (1967-1969)	17
2.3 Médici (1969-1974).....	19
2.4 Governos de transição para a finalização da era militar (1974-1985)	22
2.4.1 Governo Geisel (1974-1979)	22
2.4.2 Figueiredo (1979-1985)	24
3. METODOLOGIA.....	27
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	27
4.1 Fatos estilizados do Comércio Exterior Brasileiro (1964-1985).....	28
4.2 Grau de Abertura Comercial	30
4.3 Estratégia Empírica – Modelo Econométrico.....	37
4.4 Discussão de Resultados	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5 REFERÊNCIAS	44
APENDICE A.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quinta República (Ditadura Militar) (2 de abril de 1964 a 15 de março de 1985 – 20 anos, 11 meses e 13 dias)	31
Quadro 2- Fatores que influenciaram a Abertura Comercial durante a Ditadura Militar (1964-1985)	33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Comportamento de Produtos Agrícolas no período 1964-1985.....	26
Gráfica 2- Evolução do Grau de Abertura Comercial (GAC_t) do Brasil no período de 1960 – 2018.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018.....	36
Tabela A1- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018- Modelo com presença de autocorrelação.....	43
Tabela A2- Transformação Prais-Winsten AR(1) regression -- iterated estimates.....	43
Tabela A3- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018 – Modelo com presença heterocedasticidade.....	44
Tabela A4- Robust regression.....	44

1. INTRODUÇÃO

Durante as duas guerras mundiais do século XX, nas quais entraram em conflito as potências hegemônicas da época, refletia-se uma disputa entre as cosmovisões e os sistemas de ideias dominantes daquele período. No cenário geopolítico mundial, confrontaram-se ideologias e correntes de pensamento político que representavam o liberalismo, o libertarianismo, o ordoliberalismo, o nazismo, o comunismo, o socialismo, o fascismo, o positivismo, o tradicionalismo e o conservadorismo, como aponta Mahan (1999). Como consequência desses embates, surgiram governos democráticos e ditaduras militares, que representavam cada uma dessas visões de mundo nos cinco continentes. Países como Espanha e Portugal, juntamente com as nações da região ibero-americana, não foram exceção e, por sua vez, também acabaram fortemente influenciados por essas ideologias.

Posteriormente, no decorrer do período pós-Segunda Guerra Mundial, durante o confronto da Guerra Fria entre os países do bloco soviético e aqueles sob a influência dos Estados Unidos, as nações ibero-americanas, como Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru, foram inseridas nesse cenário de tensão global como sinala Mackinder (2022). Como consequência, essas nações enfrentaram longos, custosos e sangrentos conflitos armados internos ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990.

No caso particular do Brasil, ao final da década de 1950, após a conclusão do Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek, grandes somas de investimentos privados, tanto externos quanto internos, foram direcionadas às áreas naval e automobilística, culminando na construção da nova capital, Brasília, localizada no estado de Goiás. Posteriormente, em 1962, como consequência da década anterior, começou a se evidenciar uma queda nos níveis de investimento e crescimento industrial. O cenário apresentava aceleração inflacionária, déficit fiscal e pressão econômica. Nesse contexto, o presidente Jânio Quadros, eleito democraticamente no mesmo ano, surpreendentemente renunciou, e o vice-presidente João Goulart assumiu o cargo.

O novo governo implementou o Plano Trienal de Celso Furtado, então Ministro Extraordinário para Assuntos de Desenvolvimento Econômico. Contudo, o plano não alcançou os resultados esperados, e a economia brasileira experimentou crescimento negativo do PIB per capita e um aumento significativo da inflação. Paralelamente, o governo Goulart promoveu as chamadas reformas de base, que incluíam mudanças na estrutura agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana. Essas iniciativas, no entanto, enfrentaram ampla rejeição, especialmente por parte dos setores assalariados, que resistiam ao ajuste inflacionário.

É importante lembrar que os anos 1960, marcados pela Guerra Fria, foram palco de eventos históricos, como a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), a construção do Muro de Berlim (1961), a corrida espacial entre a antiga União Soviética e os Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, a Revolução Cultural na China, os movimentos sociais de Paris (1968) e a Doutrina Brezhnev. No Brasil, essa conjuntura ideológica somou-se à instabilidade política interna, aos conflitos sindicais crescentes e à desarticulação política e econômica, culminando no golpe militar de 1964. Essa queda do governo Goulart apresentou paralelos com eventos como a deposição de Árbenz Guzmán na Guatemala em 1954 como aponta Orellana (2015).

Com a instauração da ditadura militar (1964-1985), o regime teve impactos significativos no comércio internacional do país, moldados tanto pela política econômica quanto pela doutrina de Segurança Nacional adotada pelos governos militares ibero-americanos no contexto global da Guerra Fria. Assim, a abertura comercial e o período militar estão historicamente interligados, pois o regime influenciou profundamente a economia e as políticas comerciais do Brasil.

Portanto, o objetivo deste trabalho é analisar o impacto da política econômica comercial adotada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Investigar como essas políticas influenciaram as relações comerciais nacionais e internacionais é fundamental para compreender a dinâmica econômica desse período. A perspectiva teórica da presente pesquisa baseia-se em uma abordagem de história econômica, interpretando o fenômeno a partir do modelo econômico aplicado nesse período e direcionando a pesquisa para uma metodologia quantitativa que permita a análise dos resultados.

Além disso, a pesquisa possui uma dimensão contemporânea relevante, oferecendo lições sobre como regimes ditatoriais influenciam o comércio exterior. Ao observar experiências recentes, como as da Venezuela e da Coreia do Norte, é possível aprender a lidar com sistemas políticos fechados e compreender suas implicações no comércio global, contribuindo para a formulação de políticas mais informadas.

Por fim, o trabalho está dividido em dois primeiros capítulos dedicados ao marco teórico, com uma resenha de história econômica. Em seguida, serão apresentadas as metodologias descritiva e empírica-econométrica, e, finalmente, as conclusões e a bibliografia.

2. A ERA DOS GOVERNOS DITATORIAIS E OS DESAFIOS ECONÔMICOS DO BRASIL

Neste capítulo, visando aprofundar questões acerca do período da ditadura militar e sua incidência sobre o comércio internacional.

2.1. Castelo Branco (1964-1967)

Os militares tomaram o poder no Brasil em 31 de março de 1964, por meio de um golpe de Estado que resultou na deposição do presidente democraticamente eleito João Goulart. Esse golpe foi liderado por setores das Forças Armadas insatisfeitos com as políticas do governo de Goulart, que incluíam reformas de base e medidas consideradas ameaçadoras pelos setores conservadores da sociedade brasileira (Skidmore, 1999). Após o golpe, uma junta militar assumiu o controle do país e, posteriormente, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi escolhido para ocupar a presidência no dia 15 de abril de 1964.

Um mês após a posse presidencial de Castelo Branco, no dia 30 de abril de 1964, foi aprovada algumas medidas de correção que o ministro do planejamento e orçamento do Brasil, Roberto Campos havia proposto anteriormente para aplacar a crise econômica e financeira do país. Já tinha um plano de emergência em execução, porém o governo elaborou um projeto documental mais amplo e adequado para restaurar o país (Viana, 1975).

O presidente Castelo Branco tinha como meta resolver os entraves deixados pelo governo anterior em seu breve mandato. Recuperar a economia do Brasil de forma ágil era um desafio de grandes proporções. As principais metas eram diminuir a inflação, incentivar o crescimento econômico e aprimorar as finanças do país.

No entanto, essas metas eram complicadas de conciliar, especialmente devido aos problemas herdados do governo anterior de Goulart. Muitas das medidas necessárias pareciam conflitantes. Por exemplo, aumentar determinados preços era essencial para o desenvolvimento futuro, mas ia de encontro à luta contra a inflação. Ajustes na taxa de câmbio eram necessários para melhorar as finanças do país, mas

acabavam elevando os custos e os preços. Além disso, reduzir rapidamente a inflação não combinava com um crescimento imediato da economia (Viana, 1975).

Mesmo enfrentando diversos dilemas, o presidente se via diante de duas alternativas: realizar conquistas significativas durante seu mandato, porém deixando alguns problemas para o próximo sucessor lidar, ou assumir a responsabilidade total e se dedicar ao máximo no presente para colher os frutos no futuro. Diante dessas escolhas, Castelo Branco optou por implementar seus planos, resultando na criação do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) entre os meses de maio e julho de 1964. Conduzido pela equipe econômica do Governo Federal, sob a liderança dos Ministros do Planejamento Roberto de Oliveira Campos e da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões (Skidmore, 1999).

De acordo com Kerecki e Santos (2009), o principal propósito do PAEG era controlar a inflação, que estava fora de controle naquela época, por meio da redução da demanda total. O governo implementou ações impopulares, como congelamento dos salários e elevação das taxas de juros, além de adotar um sistema gradual de desvalorização cambial e estratégias para atrair investimentos estrangeiros. Este plano foi executado pelo governo militar, que não estava mais preocupado em agradar as massas no momento, pois o país estava sob um regime ditatorial. Esse programa continha reformas constitucionais que influenciariam o cenário econômico, especialmente o posterior "Milagre Econômico", de acordo a Veloso, Villela e Giambiagi (2008) o governo de Castelo Branco inseriu diversas medidas com intuito de ter uma futura possibilidade de abertura maior da economia brasileira.

Conforme Veloso, Vilela e Giambiagi (2008) o governo Castello Branco implementou diversas medidas no sentido de incentivar maior abertura da economia brasileira ao comércio e ao movimento de capitais com o exterior. Simplificaram e unificaram o sistema cambial, modernizaram as agências do setor público ligadas ao comércio exterior e ampliada a integração com o sistema financeiro internacional. Além disso, a dívida externa foi renegociada e se aprovou no Congresso a Lei Nº 4.390, de julho de 1964, que flexibilizou a Lei de Remessa de Lucros de 1962, revertendo parte dos desincentivos que essa lei havia criado para o ingresso de capitais estrangeiros.

O governo Castelo Branco tinha mandato até o período de 20 de janeiro de 1967, porém o ato constitucional Nº9, prorrogou o mandato dele até 15 de março de 1967 (Hermann, 2004). Em 1964 o PAEG teve início com algumas reformas, o Brasil enfrentou o desafio da inflação e, optando pelo gradualismo, implementou um sistema de indexação monetária que inicialmente focava nos ativos financeiros. Isso permitiu a reforma do sistema financeiro, ajudou a financiar o déficit público e retomou o crédito à habitação. Também possibilitou reformas trabalhistas, como a criação do FGTS e dos programas PIS e PASEP. A partir de 1965, a indexação salarial e o controle de preços foram utilizados para reduzir a inflação, contribuindo para o crescimento econômico acelerado até o final dos anos 1970. Esse crescimento foi impulsionado por reformas econômicas e subsídios às exportações, que, embora eficazes a curto prazo, geraram distorções. Com o tempo, a política monetária tornou-se expansionista, controlando a inflação principalmente através do controle de preços, enquanto investimentos estatais e endividamento externo cresceram. Os choques do petróleo de 1973 e 1979 agravaram o cenário, levando à crise da dívida externa no início dos anos 1980, quando a desvalorização cambial gerou pressões inflacionárias sem mecanismos eficazes de controle (Moura, 2007).

A partir de 1964, também foram introduzidos na legislação brasileira diversos mecanismos de incentivos às exportações, como isenção de imposto sobre alguns produtos e sobre seus valores arrecadados.

2.2. Costa e Silva (1967-1969)

Costa e Silva recebeu a faixa presidencial em 15 de março de 1967, foi um momento de muita tensão, pois o Ex-presidente Castelo Branco e seus aliados foram totalmente contra a candidatura de Costa e Silva (Skidmore, 1999). Assumindo o cargo presidencial, ele reformulou todo o ministério, não mantendo nenhum membro do governo anterior, tendo uma total ruptura com o governo Castelo Branco.

O novo governo tinha como urgência modificar a economia do país que ainda estava vagarosa pelos planos de Roberto Campos, porém o governo anterior deixou uma macroeconomia favorável para o novo governo.

Durante sua gestão, várias reformas econômicas foram implementadas, causando um grande impacto na política macroeconômica do Brasil. O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), lançado em junho de 1968, foi a principal iniciativa do governo Costa e Silva. Esse Programa estabeleceu metas ambiciosas de crescimento do PIB acima de 6% ao ano, divididas em duas fases. Na primeira fase de transição, os setores com maior capacidade ociosa foram incentivados, com uma política financeira mais flexível que incluía a expansão do crédito, com envolvimento de instituições financeiras como o BNDE e o BNH (Araujo,2017).

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, foi um ponto de virada na história política do Brasil durante o regime militar. Este ato representou um endurecimento radical do regime, conferindo poderes extraordinários ao Executivo, suspendendo garantias constitucionais, impondo a censura prévia e intensificando a repressão contra opositores políticos.

O AI-5 marcou o início de um período de autoritarismo severo no país, caracterizado pela perseguição a dissidentes e pela restrição severa das liberdades civis. Costa e Silva, que liderou a implementação do AI-5, falhou em mudar a percepção pública sobre ele de um presidente mais "bondoso" para a imagem de um ditador comum na América do Sul. Mesmo mantendo o cargo de presidente formalmente após o AI-5, o verdadeiro poder do Estado estava nas mãos dos órgãos de segurança, dos encarregados da vigilância telefônica e dos torturadores.

Isso representou uma mudança significativa no país, que passou a receber críticas internacionais, inclusive da Anistia Internacional, devido às suas práticas autoritárias. Costa e Silva tentou lidar com essa nova realidade focando na criação de uma nova Constituição, com o objetivo de reconciliar o poder arbitrário estabelecido pelo AI-5 com as promessas adiadas de redemocratização desde 1964. Essa tentativa de legalizar e institucionalizar o regime autoritário apresenta paralelos com a iniciativa anterior de Castelo Branco em 1967 com a Constituição e suas emendas. (Skidmore, 1999). A partir de 1969, o déficit público passou a ser financiado por emissão de dívida pública, ao invés de operações de crédito do Banco do Brasil, o que contribuiu para a estabilidade financeira do país. Uma reforma tributária foi implementada como parte do ajuste fiscal, visando aumentar a arrecadação e balancear o orçamento.

Houve concessão de isenções fiscais para estimular o mercado de capitais, incentivando investimentos e crescimento econômico. No campo trabalhista, a estabilidade automática dos empregados após 10 anos de serviço foi abolida, para flexibilizar as relações de trabalho e reduzir os custos para os empregadores. Na área cambial, foram adotadas medidas em favor do capital estrangeiro, como a autorização para os bancos captarem recursos no exterior e investirem no Brasil. A introdução da política de minidesvalorizações cambiais também contribuiu para os resultados positivos da balança comercial (Araujo, 2017).

Em 27 de agosto de 1969 Costa e Silva passou mal enquanto falava com o governador de Goiás, ficou severamente desorientado, seu médico recomendou que ele descansasse, porém ele ignorou totalmente pois tinha uma semana muito importante pela frente. E disse que dia 8 daria um presente a nação. Porém dia 28 ele sofreu um AVC paralisando o lado direito de seu corpo, ele podia ouvir e compreender, porém já não falava mais. Por isso os militares decidiram encontrar um novo sucessor para o cargo. Para isso somente generais com quatro estrelas seria legível, pois nenhum comandante pode ter formação inferior que seus comandados. O único que estava apto para isso era Emilio Garrastazu Médici (Skidmore, 1999).

2.3. Médici (1969-1974)

Médici foi mais um presidente gaúcho, estado que vinha dominando a presidência do país. Ele foi chefe do Estado-Maior de Costa e Silva nos anos finais da década de 1950, quando Costa comandava a Terceira Região Militar, e os dois se tornaram grandes amigos. Durante o governo de Castelo Branco, Médici serviu como adido militar em Washington. Ao retornar ao Brasil, assumiu a liderança do Serviço Nacional de Informações (SNI), onde se familiarizou com os desafios nacionais.

Políticos que o conheceram nessa época o descreveram como acessível e sempre interessado no diálogo político. Mais tarde, Médici disse que o SNI lhe proporcionou uma visão completa da situação do país. Em 1969, após ser promovido a general de quatro estrelas, Médici foi nomeado comandante do Terceiro Exército, no Rio Grande do Sul, antes de se tornar presidente. Ele foi um dos primeiros a se

opor a Goulart, apoiando a linha dura, embora não fosse um dos seus principais defensores publicamente conhecidos (Skidmore, 1999).

Em sua administração, ele fez mudanças em seu gabinete também, porém optou por manter Delfim Netto para garantir a continuidade dos avanços econômicos bem-sucedidos. O estilo de liderança do general Medici diferiu completamente de seus antecessores. Castelo Branco demonstrava interesse pessoal em certas áreas políticas, principalmente na economia. Costa e Silva inicialmente parecia um general alegre, mas foi considerado medíocre ao lutar para consolidar o regime autoritário que ultrapassava os limites. Ambos os presidentes intervinham diretamente quando achavam necessário. Medici, por outro lado, era mais distante. Ele dividiu seu governo em três setores: militar, econômico e político.

O ministro do Exército, Orlando Geisel, era responsável pelos assuntos militares, considerados os mais sensíveis. Já o ministro da Fazenda, Delfim Netto, ficou encarregado dos assuntos econômicos. A supervisão de tudo relacionado à política coube a Leão de Abreu, chefe da Casa Civil. Cada um tinha poderes praticamente soberanos em sua área de atuação; os tecnocratas e mesmo outros ministros precisavam trabalhar por meio deles.

Durante a gestão de Médici, algumas das principais ações econômicas adotadas incluíram: a adoção de uma estratégia de crescimento econômico baseada no modelo "agrícola-exportador" como parte do plano nacional "Brasil Potência". Prioridade foi dada ao estímulo do desenvolvimento econômico, com a implantação de políticas destinadas a aumentar a produção e as exportações agrícolas. Foram realizados projetos de impacto, como o PIS (Programa de Integração Social) e o PIN (Programa de Integração Nacional), como parte de uma comunicação baseada no otimismo nacional. Além disso, foram anunciadas medidas para combater a inflação e restabelecer a estabilidade econômica.

Além do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1970, sob a supervisão do ministro João Paulo dos Reis Velloso, manteve os princípios do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. O I PND tinha como meta

transformar o Brasil em uma nação desenvolvida dentro de uma geração, com objetivos como dobrar a renda per capita até 1980, aumentar o PIB com um crescimento anual entre 8% e 10% até 1974, elevar a taxa de emprego e reduzir a inflação. Para fortalecer o setor empresarial, o plano incentivou a participação do empresariado em áreas estratégicas e contou com recursos de instituições financeiras como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, sendo que o BNDE oferecia financiamentos de longo prazo. Diferente dos programas anteriores, como o PAEG e o PED, o I PND foi aprovado pelo Congresso e transformado em lei, dando-lhe um caráter mais oficial e obrigatório (Abreu, 2010).

Houve também incentivos à agricultura e exportação, que foram ampliados durante esse período, como parte da implementação da política econômica. Foi enfatizada a valorização dos investimentos e o atendimento das demandas do mercado, demonstrando a orientação econômica do governo Médici. (Macarini, 2005)

Durante seu governo Médici presenciou a era de ouro da economia, no qual se denominava. O "Milagre" Econômico Brasileiro de 1968-1973 foi impulsionado por diversos fatores interligados. Em primeiro lugar, um contexto externo favorável desempenhou um papel crucial, com o aumento dos preços das commodities e um ambiente econômico global propício contribuindo significativamente para o crescimento econômico do Brasil durante esse período. Além disso, a política econômica adotada foi fundamental, caracterizada pela estabilidade macroeconômica, uma política fiscal disciplinada, o desenvolvimento do sistema financeiro e uma maior abertura ao comércio exterior.

As reformas institucionais iniciadas a partir de 1964, como as implementadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), também foram determinantes para o sucesso econômico observado. Esses fatores operaram de maneira complementar, e estudos destacam a interação entre reformas institucionais, política econômica e o contexto internacional favorável como os principais impulsionadores do período de crescimento excepcional vivenciado pelo Brasil naquela época (Veloso et.al, 2008).

2.4. Governos de transição para a finalização da era militar (1974-1985)

Na seguinte seção se apresentam os últimos governos da ditadura militar antes de entrar na fase democrática do Brasil.

2.4.1 Governo Geisel (1974-1979)

A ascensão de Ernesto Geisel à presidência do Brasil em 1974 foi resultado de uma estratégia cuidadosamente planejada pelos setores moderados das Forças Armadas. Após períodos de afastamento político durante os governos de Costa e Silva e Medici, Geisel, natural do Rio Grande do Sul e filho de imigrante alemão, ascendeu devido à sua habilidade política e administrativa demonstrada ao longo de sua carreira militar. Ele desempenhou papéis-chave como chefe da Casa Civil durante a crise de 1961 e posteriormente como presidente da Petrobrás, onde enfrentou desafios econômicos significativos, alinhando-se à visão castelista de incentivar a iniciativa privada. Seu governo foi marcado por uma liderança austera e decisiva, refletindo sua personalidade reservada e seu compromisso com a administração rigorosa. (Skidmore, 1999).

Geisel assumiu a presidência com o desafio substancial de abordar as instabilidades enfrentadas pelo Brasil na época. Durante a gestão de Ernesto Geisel, o governo brasileiro adotou diversas estratégias para enfrentar a crise econômica na década de 70. Algumas das principais medidas incluíram o Projeto Brasil-Potência, que visava transformar o país em um polo industrial através de incentivos ao empresariado nacional e internacional, reduzindo a dependência dos Estados Unidos. Além disso, foram implementadas restrições à importação de produtos similares aos fabricados internamente, com o objetivo de proteger a indústria nacional e estimular a produção doméstica.

Como apontam Barros de Castro e Pires de Costa (2008), Geisel teve que enfrentar os impactos da segunda crise do petróleo, que foi desencadeada pelo embargo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), o que causou uma alta abrupta nos preços do petróleo no mercado internacional. Isso afetou

diretamente o Brasil, um país fortemente dependente da importação de petróleo na época. Diante dessa crise, o presidente Geisel teve que tomar uma decisão crucial:

- 1) Crescer: manter o ritmo acelerado de crescimento econômico, mesmo com o aumento da dívida externa e a pressão inflacionária;
- 2) Estabilizar: adotar políticas de contenção para controlar a inflação e o endividamento, o que implicaria desacelerar o crescimento econômico.

Geisel optou por priorizar o crescimento, acreditando que o Brasil deveria continuar investindo em setores estratégicos para garantir sua autonomia no futuro, centrando-se nos setores de energia. A partir disso, configurou-se o II PND. Entre os acordos internacionais, destaca-se a criação de Itaipu em 1974.

Posteriormente, diante das dificuldades em manter essas iniciativas, o governo teve que revisar sua política econômica, adotando uma estratégia de desaceleração econômica. Empresas privadas foram encorajadas a assumir um papel mais ativo na economia, porém muitas enfrentavam problemas financeiros que limitavam sua capacidade de investimento.

Adicionalmente, o governo Geisel adotou uma postura mais assertiva na política externa, buscando diversificar os laços internacionais e reduzir a dependência dos Estados Unidos em diversos aspectos, como econômico, político e cultural. Essas medidas refletiram os esforços do Brasil para enfrentar os desafios econômicos e fortalecer suas bases para um desenvolvimento autônomo e sustentável. (Carneiro et. al., 2009).

Em 10 de Setembro de 1974, Geisel fez a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) tinha como metas principais aumentar a renda per capita para mais de mil dólares e fazer com que o PIB superasse cem bilhões de dólares em 1977. O plano buscava ajustar a economia à escassez de petróleo e ao novo estágio de industrialização do Brasil, com foco nas indústrias básicas, especialmente nos setores de bens de capital e eletrônica pesada, promovendo a substituição de importações e o aumento das exportações. O objetivo era consolidar uma economia moderna e competitiva até 1980, com grandes investimentos em infraestrutura,

indústria de base, e desenvolvimento científico e tecnológico, além de reduzir a dependência energética de fontes externas. O plano também incluía políticas para integrar o país, como investimentos no Nordeste e a ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste. O desenvolvimento social seria alcançado por meio de políticas de emprego, qualificação da força de trabalho, e melhorias nas áreas de saúde, saneamento e alimentação, além de iniciativas voltadas para a habitação e aumento da renda e patrimônio dos trabalhadores. Por fim, o II PND pretendia integrar o Brasil ao mercado global, diversificando fontes de fornecimento e mercados externos. (Abreu, 2010)

2.4.2 Figueiredo (1979-1985)

No governo de Figueiredo, destacava-se uma qualidade que seus seguidores consideravam crucial: sua personalidade afável. Para eles, isso poderia representar uma vantagem no contexto de um sistema político cada vez mais aberto que se delineava. Ao contrário de Geisel, cujo estilo de governar não se caracterizava pelo trato próximo com a imprensa e o público, Figueiredo via essa abordagem como essencial, agora que o governo dependeria menos da coerção e mais da habilidade política tradicional. O novo Ministério, apesar de algumas mudanças, refletia principalmente continuidade. Mário Simonsen assumira um papel central como ministro do Planejamento em um novo "superministério" econômico, mantendo a posição que ocupara anteriormente como ministro da Fazenda. Delfim Neto, por sua vez, deixou o posto de embaixador em Paris para liderar o Ministério da Agricultura, apesar de dúvidas sobre sua disposição para o cargo, mesmo com a promessa do presidente de um renovado foco nos assuntos agrícolas. (Skidmore, 1999).

Os métodos do novo presidente, em comparação ao seu antecessor, representavam uma mudança radical. Enquanto Geisel se envolvia profundamente em uma ampla gama de processos decisórios, revisando projetos e memorandos, Figueiredo adotava um estilo mais delegativo, à maneira do que fazia o ex-presidente dos Estados Unidos Dwight Eisenhower, delegando com generosidade e confiando que seus ministros resolvessem os desafios em suas respectivas áreas. Figueiredo não compartilhava do apreço de Geisel pela burocracia intensa. Em seu discurso de

posse, comprometeu-se a continuar com a abertura política, reafirmando os compromissos da Revolução de 1964 de garantir uma sociedade livre e democrática.

Ele enfatizou seu firme propósito de transformar o Brasil em uma democracia plena, prometendo também garantir salários justos para os trabalhadores e financiar internamente os custos do desenvolvimento nacional. A reação da imprensa e do público foi positiva, baseada na esperança de que Figueiredo mantivesse o ritmo de liberalização acelerado no último ano do governo Geisel.

Por sua vez, o MDB criticava há muito a estratégia econômica do governo, destacando suas falhas graves. O diagnóstico de Simonsen apenas reforçava essa visão. Estrategistas políticos do governo, inicialmente otimistas, agora enfrentavam um dilema. Não havia ingressado no governo apenas para descobrir que o "milagre econômico" estava terminando. Como manter a agenda de liberalização em meio à instabilidade econômica era a questão premente que dominava suas preocupações. (Skidmore, 1999).

Durante o governo Figueiredo, a política econômica adotou diversas medidas para lidar com a crise econômica. Algumas das principais ações incluíram: restrições ao crédito do sistema bancário, o que teve um impacto significativo no investimento público; cortes drásticos nos gastos públicos, suscitando preocupações entre os analistas comprometidos com o crescimento econômico; mudanças abruptas na estratégia econômica, passando de uma possível retomada do PAEG para uma mudança em direção ao milagre econômico, refletindo a instabilidade da política econômica diante da crise (Macarini, 2008).

Em setembro de 1981, um evento crucial que poderia ter interrompido o processo de abertura política foi o infarto sofrido pelo presidente Figueiredo. No dia 18 desse mês, ele foi hospitalizado e, em menos de 24 horas, seus ministros militares anunciaram que o vice-presidente Aureliano Chaves assumiria interinamente o governo.

Os médicos do presidente acertaram ao prever que ele poderia retornar completamente às suas funções. Durante sua ausência, o governo continuou

operando normalmente, com exceção do vice-presidente Aureliano Chaves não participar das decisões sobre questões militares ou de segurança. Não houve mudanças políticas de grande impacto nesse período, uma situação bastante distinta da ocorrida em 1969, quando Costa e Silva adoeceu gravemente. Por quê? O principal motivo foi o estado de saúde de Figueiredo, conforme diagnosticado pelos médicos, que afirmaram que seu ataque cardíaco não foi severo, ao contrário da paralisia que afetou Costa e Silva doze anos antes. Esperava-se que Figueiredo se recuperasse completamente em questão de semanas (Skidmore, 1999).

Entretanto, a economia continuava a ser fonte de sérias preocupações. Para se compreender como a situação econômica do Brasil se deteriorara, devemos voltar a 1980. No decorrer daquele ano, o público se inquietou com os efeitos da estratégia econômica que Delfim Neto lançara em dezembro de 1979. A política de indexação prefixada e de desvalorizações tinha por fim reduzir as expectativas inflacionárias.

Infelizmente para o Brasil, o clima econômico internacional se tornara hostil. As taxas de juros estavam subindo, os termos de intercâmbio do Brasil declinando, e as nações industriais de vento em popa rumo à recessão.

Durante 1982, como resultado de uma série de eventos políticos e econômicos em todo o mundo. O primeiro foi relacionado à situação de pré-colapso cambial que ocorria durante aquele ano em várias nações socialistas do mundo. No dia 23 de agosto de 1982, o governo do país declarou oficialmente que estava inadimplente. O default do segundo maior devedor latino-americano interrompeu a oferta voluntária de crédito externo aos países devedores (Salomão, 2016).

No fim de seu mandato, se teve as eleições indiretas que foram um marco no processo de transição política no Brasil. As eleições indiretas realizadas em 1982, após vinte anos de dominação militar, mostraram um pequeno retorno à participação política civil. Foram significativas porque marcaram um começo de abertura política, permitindo que várias correntes políticas participassem e preparando o terreno para a democratização nos anos seguintes.

Além disso, eles contribuíram para aliviar as tensões políticas internas e estabilizar o clima político, abrindo espaço para negociações futuras que seriam essenciais para o progresso da democracia no Brasil. Nessas eleições, o voto popular não foi usado para escolher os governadores; em vez disso, eles foram escolhidos pelos legislativos estaduais. Embora não fosse totalmente democrático como eleições diretas, esse modelo permitiu a reintegração de figuras políticas civis ao processo político e aumentou a legitimidade do governo federal, descentralizando parte do poder decisório para as unidades federativas (Skidmore, 1999).

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo emprega as abordagens de pesquisa descritiva e quantitativa e experimental. Foi efetivada uma revisão bibliográfica para auxiliar na construção do estudo, compreender diversas perspectivas acadêmicas e identificar lacunas na literatura existente sobre o impacto da política econômica durante o regime Militar no Brasil (1964-1985).

Paralelamente, foi realizada a coleta e análise de produtos agrícolas de exportação e variáveis econômicas agregadas relevantes as bases de dados de Observatório Econômico Latino-americano (OBELA), Cadernos estatísticos da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e Banco Mundial (BM) para identificar tendências e avaliar o impacto dessas políticas na economia e no comércio. A mostra do período de estudo compreende entre os anos 1960 e 2018 e foi escolhida, porque eram os dados disponíveis nas bases de dados consultadas.

De acordo as informações coletadas se pretendem identificar padrões, correlações e relações de causa e efeito. Considerações históricas estão sendo integradas para contextualizar as descobertas, proporcionando uma compreensão mais abrangente do cenário político e social da época.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

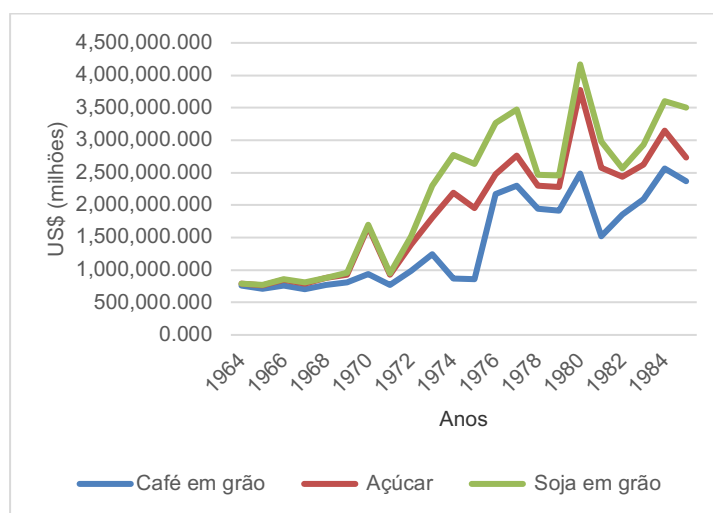
Na seguinte seção se apresentam a análise dos fatos estilizados da abertura comercial da economia brasileira no período 1964-1985 e uma proposta de modelo

econométrico para medir a influência do setor externo e da Ditadura Militar sobre o Produto Interno Bruto no período de 1960 até 2018.

4.1 Fatos estilizados do Comércio Exterior Brasileiro (1964-1985)

De acordo ao Gráfico 1 se mostram as tendências de exportação de grãos de café, açúcar e soja brasileiros de 1964 a 1985. Este foi um período de regime militar e um período de mudanças significativas nas exportações agrícolas brasileiras um ciclo de crescimento e diversificação. O café tornou-se o principal produto de exportação no início deste período, refletindo a continuidade de um padrão de exportações agrícolas consolidado desde o século XIX. No entanto, com a implementação das políticas de diversificação económica do governo autoritário e a implementação do Plano de Ação Económica do Governo (PAEG) pelo governo Branco (1964-1967), medidas de reforço do fisco e dos subsídios à exportação, as exportações gradualmente expandiram a gama de produtos. Para o açúcar, o crescimento tem sido modesto e oscilatório ao longo dos anos.

Gráfico 1- Comportamento de Produtos Agrícolas de exportação no período 1964-1985



Fonte: Construção própria a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior (1988).

A estabilização da procura global e o aumento da capacidade de produção na década de 1970, estimulados por políticas setoriais específicas, ajudaram a manter a sua posição como um produto importante na pauta de exportações do Brasil. A soja tornou-se o principal produto cultivado nesse período. A rápida expansão desde

a década de 1970 pode ser atribuída a fatores como a modernização agrícola, a mecanização rural e o aumento da procura internacional de óleos vegetais e rações animais. Além disso, o Primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND) implementado durante o governo Médici (1969-1974) priorizou os investimentos no agronegócio, consolidando a posição da soja como um dos pilares do comércio exterior do Brasil (Abreu, 2010).

Os autores em Veloso, Villela e Giambiagi (2008) argumentam que o "Milagre Econômico" brasileiro (1968-1973) resultou do aumento dos preços das commodities no mercado mundial, por meio de reformas institucionais, políticas econômicas sólidas e um cenário internacional favorável. Tudo isso foi essencial para os estímulos às exportações agrícolas, principalmente soja e açúcar, que se beneficiam de investimentos e subsídios dando preferências para grande produção e competitividade internacional.

Nessa época foi criado o Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), (2025) um órgão federal criado em 1967, durante a ditadura militar brasileira, com o objetivo de planejar, coordenar e promover o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste do Brasil. Sua criação fazia parte de uma estratégia mais ampla do regime militar para integrar territorialmente o país, reduzir desigualdades regionais e estimular o crescimento econômico em áreas consideradas estratégicas.

O SUDECO surgiu no contexto da política de integração nacional dos militares, que buscava consolidar a presença do Estado em regiões menos desenvolvidas e pouco povoadas, como o Centro-Oeste e a Amazônia. O órgão foi inspirado no modelo da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1959, e fazia parte do esforço do regime para fomentar o agronegócio, a infraestrutura e a ocupação do território.

Seus principais Objetivos e Atividades:

- 1) Planejamento regional: elaboração de planos de desenvolvimento para o Centro-Oeste, integrando políticas de transporte, energia e comunicação;

- 2) Incentivos fiscais: concessão de benefícios fiscais para atrair investimentos privados, especialmente na agricultura e na pecuária;
- 3) Expansão da fronteira agrícola: estímulo à produção agrícola em larga escala, o que contribuiu para o crescimento do agronegócio na região;
- 4) Infraestrutura: investimentos em rodovias, hidrelétricas e outros projetos de infraestrutura essenciais para o escoamento da produção.

4.2 Grau de Abertura Comercial

A Abertura Comercial se entende como uma medida de integração da economia de um país com a economia mundial, sendo vista como uma política comercial que visa aumentar a integração entre os mercados de uma região geográfica, determinando que as economias eliminem total ou parcialmente barreiras tarifárias, bem como barreiras não tarifárias ao comércio internacional.

Como aponta Vásquez Vicente (2013), o benefício, sob a perspectiva da teoria neoclássica, está na análise estática, que busca uma melhor alocação de recursos produtivos, resultando finalmente em melhorias no bem-estar geral de uma economia. Por outro lado, no modelo dinâmico, são considerados elementos como o aumento do tamanho do mercado, que deriva na obtenção de economias de escala e aprendizado obtido através do estímulo ao investimento endógeno e exógeno, além dos efeitos¹ que favorecem a concorrência nos mercados competitivos, eliminando barreiras não tarifárias.

Por outro lado, existem na literatura teórica diferentes coeficientes de abertura comercial, como apontam Canuto (1994), Miranda (2001), Tavares e Pereira da Costa (2010) e Cavalcante et al. (2017), além de outras medidas que são apresentadas a seguir:

- 1) Coeficiente de penetração das exportações (CEX_k): Se entende como o coeficiente que mostra a importância do mercado externo para a produção da

¹ Como sinala Vásquez Vicente (2013) se entende como efeitos pro-competitivos a redução dos diferenciais de preços entre os países. Pode se explicar no caso de empresas que operam num mercado oligopolizado, estímulos para aumentar a eficiência interna nas empresas e maiores incentivos à inovação tecnológica.

indústria. Quanto maior o coeficiente de exportação, maior é a importância do mercado externo para o setor. De acordo à Confederação Nacional da Indústria (CNI) (2023) se apresenta formalmente na equação (1):

$$CEX_k = \frac{X_k}{Y_k} \quad (1)$$

Onde:

X_k é o valor das exportações do setor k ;

Y_k é o valor da produção do setor k .

- 2) Coeficiente de insumos (CPI_k): Coeficiente que mostra a participação dos produtos importados no consumo aparente (a soma do valor da produção destinada ao mercado doméstico e das importações). Quanto maior o coeficiente de penetração, maior é a participação de importados no mercado interno. Segundo à CNI (2023) se apresenta matematicamente na equação (2):

$$CPI_k = \frac{M_k}{(Y_k + M_k - X_k)} \quad (2)$$

Onde:

M_k é o valor das importações de produtos pelo setor k ;

Y_k é o valor da produção do setor k ;

X_k é o valor das exportações do setor k ;

$Y_k + M_k - X_k$ é o valor do consumo aparente do setor k .

- 3) Coeficientes de exportações líquidas (CEL_k): Se conhece como o Coeficiente de exportações líquidas do setor k construído em base à diferença entre o valor das exportações do setor k e o valor dos insumos industriais importados, como proporção do valor da produção do setor k . Se o coeficiente é positivo, o impacto de uma depreciação cambial é positivo. De acordo à CNI (2023) formalmente se apresenta na equação (3):

$$CEL_k = \frac{X_k - IM_k}{Y_k} \quad (3)$$

Onde:

IM_k é o valor dos insumos importados de produtos pelo setor k ;

X_k é o valor das exportações do setor k ;

Y_k é o valor da produção do setor k .

- 4) Grau de Abertura Comercial (GAC_t): Consiste no cociente entre a somatória exportações de bens e serviços (X_t) e importações de bens e serviços (M_t) dividido entre produto interno bruto (Y_t) num período determinado. Quanto a percentagem seja maior, maior será abertura comercial do país. Como aponta Salvatore (2010) pode ser formalizado matematicamente na equação (4):

$$GAC_t = \frac{X_t + M_t}{Y_t} \quad (4)$$

Onde:

Y_t é Produto Interno Bruto de bens e serviços a preços constantes;

X_t são as exportações de bens e serviços no valor F.O.B. a preços constantes;

M_t são as importações de bens e serviços no valor F.O.B. a preços constantes.

Considerando que nas bases de dados consultadas não foram encontrados dados suficientes para construir os índices das equações (1), (2) e (3) no período de estudo, decidiu-se unicamente considerar a definição de abertura comercial expressa na equação (4).

De acordo com o mencionado, no Quadro 1 foi realizada uma estimação do GAC que apresenta a evolução do grau de abertura do comércio brasileiro no período da ditadura militar (1964-1985). O quadro detalha o valor atingido em cada governo, refletindo as transformações econômicas implementadas para fomentar o comércio internacional e inserir o Brasil no mercado global.

Quadro 1- Quinta República (Ditadura Militar)
(2 de abril de 1964 a 15 de março de 1985 – 20 anos, 11 meses e 13 dias)

Presidente	Período	Partido Político	Eleição	$GAC_t(\%)$
Ranieri Mazzilli	2 de abril de 1964- 15 de abril de 1964 (13 dias)	PSD	1964	5,68
Humberto Castelo Branco	15 de abril de 1964- 15 de março de 1967 (2 anos e 334 dias)	ARENA	1964	5,70
Artur da Costa e Silva	15 de março de 1967- 31 de agosto de 1969 (2 anos e 169 dias)	ARENA	1966	6,54
Junta militar brasileira de 1969	31 de agosto de 1969 – 30 de outubro de 1969 (60 dias)	NENHUM	Ato institucional No. 12	6.68
Emílio Garrastazu Médici	30 de outubro de 1969 - 15 de março de 1974 (4 anos e 136 dias)	ARENA	1969	7,59
Ernesto Geisel	15 de março de 1974- 15 de março de 1979 (5 anos)	ARENA	1974	8,06
João Figueiredo	15 de março de 1979- 15 de março de 1985 (6 anos)	ARENA	1978	7,76
		PSD		

Fonte: Construção própria em base a dados da CEPAL (2024) e OBELA (2025))

Nota: Partido Social Democrático (PSD) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

No início do mandato de Humberto Castelo Branco (1964-1967), a taxa de abertura econômica era de 5,70%, o que indicava um cenário de internacionalização limitado. Entretanto, as reformas impulsionadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), como a liberalização do câmbio e incentivos ao investimento estrangeiro, foram os primeiros movimentos em direção a uma maior integração econômica. Durante a administração de Costa e Silva (1967-1969), esse índice aumentou para 6,54%, evidenciando a continuidade dessas diretrizes e a execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que fomentou setores subutilizados, expandiu o crédito e atraiu capital externo.

Durante a administração de Médici (1969-1974), o índice de abertura econômica atingiu 7,59%, o nível mais elevado desse período. Esse crescimento foi impulsionado pelo "Milagre Econômico Brasileiro", que se caracterizou por uma estabilidade macroeconômica e incentivos às exportações, especialmente no setor agrícola. A soja, por exemplo, tornou-se uma das principais commodities do Brasil,

resultado de políticas focadas na modernização da agricultura e no fortalecimento do agronegócio, como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

No início do mandato de Humberto Castelo Branco (1964-1967), a taxa de abertura econômica era de 5,70%, o que indicava um cenário de internacionalização limitado. Entretanto, as reformas impulsionadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), como a liberalização do câmbio e incentivos ao investimento estrangeiro, foram os primeiros movimentos em direção a uma maior integração econômica. Durante a administração de Costa e Silva (1967-1969), esse índice aumentou para 6,54%, evidenciando a continuidade dessas diretrizes e a execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), que fomentou setores subutilizados, expandiu o crédito e atraiu capital externo.

Durante a administração de Médici (1969-1974), o índice de abertura econômica atingiu 7,59%, o nível mais elevado desse período. Esse crescimento foi impulsionado pelo "Milagre Econômico Brasileiro", que se caracterizou por uma estabilidade macroeconômica e incentivos às exportações, especialmente no setor agrícola. A soja, por exemplo, tornou-se uma das principais commodities do Brasil, resultado de políticas focadas na modernização da agricultura e no fortalecimento do agronegócio, como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

O governo Geisel entre 1974 e 1979 manteve uma taxa alta, de 8,06%. Isso foi possível por causa do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) com grandes investimentos em infraestrutura e substituição de importações. Enquanto isso, o modelo econômico mostrava sinais de fragilidade através da crise do petróleo e do aumento da dívida externa. A abertura caiu para 7,76% durante o governo Figueiredo refletindo os desafios econômicos da época relacionados à crise da dívida externa e à instabilidade internacional que contrariavam os esforços do governo para estabilizar a economia através de uma política de redução de gastos e controle de crédito, mas se mostraram impossíveis de manter uma maior integração no mercado mundial. O grau de abertura comercial evoluiu ao longo do período militar, sinalizando um esforço significativo para dar à economia uma base diversificada e maior competitividade internacional. Aí reside, no entanto, a série de

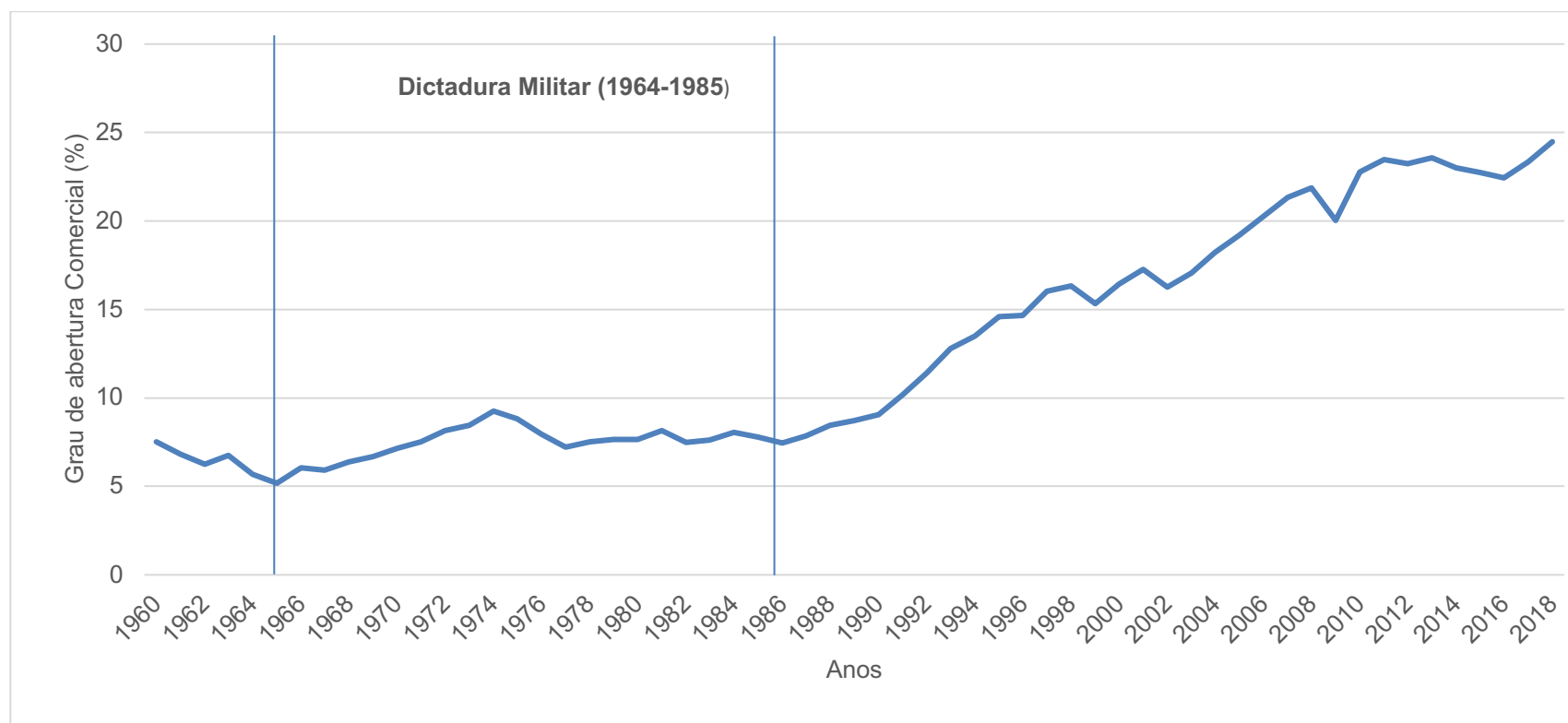
questões estruturais da economia, juntamente com crises externas que demonstram a dificuldade em manter uma política comercial viável ao longo da elegância.

Finalmente, as mudanças são registradas no Gráfico 2, já que refletem a influência das políticas econômicas durante o período em que foi adotado já desde os anos cinquenta que foi o modelo de Substituição de Importações. Portanto, analisando a pauta das exportações os produtos industriais ganham protagonismo e as exportações agrícolas brasileiras perdem importância até o ano 1980. Como indica Bresser-Pereira a participação dos produtos industriais começa a cair a partir do ano 1980 no PIB. A diversificação da pauta de exportação e a expansão da soja consolidarão a posição do Brasil como um ator importante no comércio mundial, enquanto o café e o açúcar continuarão a ter papéis estratégicos, pois tradicionalmente foram os principais itens das exportações brasileiras.

Por último, no Gráfico 2 se apresentam uma visão histórica do Grau de abertura Comercial desde o ano 1960. Como pode se observar no período compreendido entre os anos 1960-1964 nos governos democráticos dos presidentes Jânio Quadros (31 de janeiro de 1961 – 25 de agosto de 1961) e João Goulart (8 de setembro de 1961 – 1 abril 1964) teve uma clara tendência a reduzir a abertura comercial com um valor 1960 de 7,53% caindo até 5,17% no final do mandato de Goulart antes de ser deposto pelo golpe militar.

Posteriormente entre os anos 1965 e 1974 teve uma clara tendência para abertura comercial atingindo um valor máximo de 9,24%. Posteriormente o *GAC* registra uma queda 7,21% no ano 1977. Posteriormente consegue reverter a tendência a queda e atinge um valor máximo de 8,21% no ano 1981. A continuação experimenta uma leve queda que o situa com um valor 8.04% em 1984, terminando em 1985 com um valor de 7,44 no ano 1985.

Gráfica -2 Evolução do Grau de Abertura Comercial (GAC_t) do Brasil no período de 1960 - 2018



Fonte: Construção própria em base a dados da CEPAL (2024) e OBELA (2025)

Em seguida, já no período democrático, a partir da redemocratização em 1985, a economia brasileira evidenciou uma clara e firme tendência em direção a uma maior abertura comercial nas décadas seguintes.

4.3 Estratégia Empírica – Modelo Econométrico

Nesta seção, busca-se realizar uma aplicação empírica para validar a importância do setor externo no crescimento do Produto Interno Bruto da economia brasileira no período de 1960 a 2018. Para esse propósito, propõe-se o seguinte modelo econométrico com seus respectivos parâmetros:

$$Y = \beta_0 + X_t + M_t + Dict_t + \varepsilon_t \quad (5)$$

Onde:

Y_t é Produto Interno Bruto a preços constantes;

X_t são exportações de bens e serviços no valor F.O.B. a preços constantes

M_t são importações de bens e serviços no valor F.O.B. a preços constantes;

$Dict_t$ é a variável ditadura;

β_0 é o intercepto;

ε_t é termo de resíduos.

Como método econométrico foi aplicado um modelo clássico de regressão linear (MCRL) aplicando o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para o caso da variável institucional $Dict_t$ foi implementada como uma variável *dummy*. Essa variável é conhecida como variável indicadora ou variável fictícia e assume os valores 0 ou 1 para indicar a ausência ou a presença de algum efeito categórico que pode mudar o resultado que neste caso foi o período da ditadura de 1964-1985.

4.4 Discussão de Resultados

Os primeiros resultados da regressão estão apresentados na Tabela A1, localizada no Apêndice A. Neste caso, como se pode observar, as variáveis independentes, exportações e importações, com seus coeficientes angulares, são altamente significativas a 5% em relação ao comportamento do Produto Interno Bruto do Brasil. O coeficiente de determinação (R^2) é bastante elevado, na ordem de

92,77%. Com relação ao teste F, verifica-se que o modelo é significativo em conjunto, com um valor de 235,88. Por fim, a variável $Dict_t$ analisada não se mostrou significativa, o que é um resultado relevante para o presente estudo.

Por outro lado, nesta regressão, a estatística Durbin-Watson apresentou o valor de 0,062374, que se encontra na zona de incerteza, indicando a presença de autocorrelação. Para resolver esse problema, foi aplicado o procedimento de transformação Prais-Winsten, cujos resultados, na forma de interações, são apresentados no Apêndice A, na Tabela A.2. Como pode ser verificado, a autocorrelação foi eliminada, com o valor da estatística Durbin-Watson ajustado para 1,309602.

Seguidamente, ao avaliar os resultados da Tabela A1, verifica-se que as variáveis explicativas são exportações e importações, cujos coeficientes são significativos a 5% de significância. No entanto, o coeficiente de determinação (R^2) apresentou um valor mais baixo, de 31,49%. Por fim, novamente a variável $Dict_t$ mostrou-se não significativa, indicando sua ausência de influência no Produto Interno Bruto do Brasil.

A continuação, foi realizado o teste Breusch-Pagan / Cook-Weisberg para detectar a presença de heterocedasticidade no modelo. Após realizar o teste, obteve-se um resultado *p-value* de 0,0016, que é menor que 5%. Portanto, determinou-se que o modelo possui um problema de heterocedasticidade. Como solução, foi aplicada a correção robusta, que tem o objetivo de robustecer os erros padrão do modelo. Nesta regressão, foram estimadas variâncias robustas dos estimadores, gerando um ajuste nos *p-values* das variáveis explicativas sobre as variáveis dependentes. Os estimadores e seus parâmetros desta regressão estão apresentados na Tabela A.3. Por fim, os resultados das interações estão apresentados no Apêndice A, na Tabela A.4, que consiste em uma versão robusta da variável dependente sobre as variáveis independentes.

Por fim, são apresentados os resultados definitivos do modelo econométrico proposto na Tabela 1, onde estão apresentadas as variáveis independentes exportações, importações e ditadura, com coeficientes significativos a 1% em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil. Pode-se concluir que os estimadores MELI são os melhores estimadores lineares não viesados.

Tabela 1- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018

<i>Parâmetros</i> <i>Variáveis</i>	<i>Coeficientes</i>	<i>t – student</i>	<i>P – value</i>
β_0	8.59e+11***	20.14	0.000
M_t	2.539885***	3.88	0.000
X_t	2.895013***	4.30	0.000
$Dict_t$	-2.85e+11***	-5.89	0.000
F(3, 55) = 378.48		Prob > F = 0.0000	

Fonte: Construção própria utilizando STATA 12 ® a partir dos dados de CEPAL (2024) e OBELA (2025).

A significância estatística está definida por ***p<0.01, **p<0.05 y *p<0.10.

A continuação, com base no que foi anteriormente discutido no presente trabalho, pretende-se integrar as diversas informações coletadas na resenha histórica de cada um dos governos militares, envolvendo sua política comercial, relações internacionais com grandes potências mundiais e principais parceiros comerciais, sua visão estratégica geopolítica e, por último, os resultados obtidos pelo modelo econométrico proposto.

Para interpretar o grau de abertura comercial no espaço-tempo da gestão econômica dos diversos governos da ditadura militar de uma forma mais abrangente, é necessário considerar como uma condição *sine qua non* quatro pontos principais: 1) política econômica e industrialização; 2) comércio exterior; 3) relações internacionais; e 4) crise econômica e comércio nos anos oitenta, os quais são descritos no Quadro 2.

Quadro 2- Fatores que influenciaram a Abertura Comercial durante a Ditadura Militar (1964-1985)

1. Política Econômica e Industrialização	1.1 Modelo de Substituição de Importações (MSI): A ditadura manteve e aprofundou MSI iniciado na Era do Presidente Vargas. O chamado “capitalismo de estado de Vargas” criou incentivos à industrialização pesada, especialmente nos setores siderúrgico, petroquímico e automobilístico. 1.2 Endividamento Externo: Como uma ferramenta de financiamento de grandes projetos de infraestrutura e industrialização (como a rodovia Transamazônica e Itaipu), o governo contraiu empréstimos internacionais, aumentando a dependência do Brasil em relação a credores externos.
2. Comércio Exterior	2.1 Abertura Comercial Controlada e Gradual: Apesar de proteger a indústria nacional, o regime militar buscou expandir as exportações, especialmente de commodities agrícolas (soja, café, açúcar) e minerais (ferro e bauxita). 2.2 Diversificação de Mercados Internacionais: Durante o regime militar, houve um esforço para reduzir a dependência comercial dos Estados Unidos, fortalecendo relações com a Europa Ocidental, Japão e, posteriormente, países do Oriente Médio e da Ásia. 2.3 Promoção de Exportações: Foram implementados plenamente os órgãos como a Carteira de Comércio Exterior (CACEX)² para fomentar e regular as exportações.
3. Relações Internacionais durante a Guerra Fria	3.1 Alinhamento estratégico com os EUA: Nos primeiros anos do regime, houve um alinhamento com os Estados Unidos, refletido em apoio político e econômico. Isso facilitou o acesso a financiamentos internacionais, como os do Banco Mundial (BM). 3.2 Mudança de Estratégia nos Anos 1970: Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), houve maior pragmatismo. O Brasil buscou uma política externa mais independente, como a aproximação com países socialistas (China, União Soviética) e participando como país observador no bloco de países não alinhados (<i>Non-Aligned Movement</i>). 3.3 Parcerias Sul-Sul: O Brasil intensificou relações comerciais com países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina.
4. Crise Econômica e Comércio nos Anos 1980 (a década perdida)	O final da ditadura militar foi marcado pela crise da dívida externa, que afetou severamente o comércio internacional. A capacidade do Brasil de importar e exportar ficou limitada pela escassez de divisas e pela necessidade de renegociar dívidas.

Fonte: Construção própria da autora a partir das informações recopiladas neste trabalho.

Como é mostrado na análise gráfica do grau de abertura comercial, durante os governos militares houve uma tendência em atingir uma maior abertura comercial, mas de forma pausada e gradual, considerando a conjuntura política interna e externa de cada momento. No modelo econométrico, destaca-se a importância do setor externo sobre o PIB na época, pois continuou sendo significativa de acordo com os resultados obtidos. Não foi encontrada, especificamente durante esse período, uma diferença significativa no parâmetro institucional denominado ditadura.

² Se entende como a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX, 1954) como uma agência do Governo Federal do Brasil que foi responsável por executar a política de comércio exterior do país. Inserida no âmbito do Banco do Brasil, foi criada em 1953 para substituir a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil.

Em resumo, a gestão política e econômica não isolou o Brasil do resto do mundo, com uma inclinação para operar como uma economia em autarquia. Pelo contrário, preparou, de certa forma, o caminho para a implementação de um novo modelo de inserção da economia brasileira, que seria implantado definitivamente durante o governo do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1990.

De fato, o MSI, como aponta Bresser-Pereira (2019), já vinha experimentando um claro processo de desindustrialização nos anos oitenta. A proposta do novo modelo era focada principalmente na questão da competitividade, alinhada à sabedoria convencional. A Diretriz para Política Industrial e Comércio Exterior (PICE)³ tinha como objetivo promover a eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com base na modernização e reestruturação da indústria. Sua base teórica foi sustentada na teoria neoclássica, que dá ênfase na alocação ótima de recursos.

³ As seguintes estratégias sustentaram ao PICE (1990): a) Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária; b) Reestruturação competitiva da indústria por meio da adoção de mecanismos de coordenação, instrumentos de apoio creditício e fortalecimento de estrutura tecnológica; c) Fortalecimento de setores potencialmente competitivos (teoria das vantagens competitivas); d) Exposição da indústria à competição internacional visando maior inserção no mercado externo e aumento da competição em setores oligopolizados; e) Capacitação tecnológica da empresa nacional por meio de proteção tarifária seletiva a indústrias de ponta e apoio à difusão de setores de inovação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados revelou que o nível de abertura comercial não experimentou variações significativas ao longo do tempo, refletindo as diretrizes de diferentes governos. No início do regime militar, as reformas implementadas pelo PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), como a flexibilização das taxas cambiais e os estímulos ao investimento estrangeiro, marcaram os primeiros passos rumo à maior integração da economia brasileira no mercado internacional.

Durante a gestão do ex-presidente Médici (1969-1974), a abertura comercial atingiu seu ápice, impulsionada pelo "Milagre Econômico de 1967". Esse período foi marcado pelo aumento expressivo das exportações, especialmente de commodities como a soja, consolidando o agronegócio como um dos pilares da economia nacional.

No entanto, as estratégias implementadas evidenciaram limitações consideráveis dentro do contexto do MSI. O modelo econômico, sustentado por subsídios, endividamento externo e dependência de produtos básicos, revelou-se insustentável a longo prazo. Sob a administração de Geisel (1974-1979), a crise do petróleo e o aumento da dívida externa expuseram fragilidades estruturais, resultando em ajustes econômicos voltados para o equilíbrio entre crescimento e estabilidade. Já durante o governo de Figueiredo (1979-1985), o país enfrentou desafios econômicos severos, incluindo a crise da dívida externa e a inflação descontrolada, que levaram a uma leve retração na abertura comercial. Embora as políticas comerciais tenham proporcionado avanços significativos, como a modernização das infraestruturas, o fortalecimento do agronegócio e a diversificação das exportações, elas não foram capazes de resolver os problemas estruturais da economia brasileira.

Vale a pena destacar que também devem ser considerados os fatores comuns e abrangentes que determinaram o grau de abertura comercial durante os 20 anos de duração da ditadura militar em conjunto: 1) política econômica e industrialização induzida pelo governo; 2) abertura gradual e diversificação de mercados; 3) relações internacionais com os Estados Unidos e o bloco de países não alinhados; e 4) crise econômica e comércio nos anos oitenta, que resultou na chamada "década perdida".

Por outro lado, o estudo oferece uma valiosa reflexão sobre como regimes autoritários moldam políticas comerciais e econômicas, destacando a necessidade de equilibrar a integração externa com a resiliência interna. A experiência da ditadura militar ressalta a importância de priorizar o desenvolvimento sustentável.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se explorar com mais profundidade as relações entre as políticas comerciais do período e as desigualdades sociais, ampliando o entendimento sobre os impactos de longo prazo dessas estratégias na sociedade brasileira. Além disso, seria interessante investigar outras questões relacionadas à gestão econômica e comercial durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), comparando-a com a gestão econômica de outras ditaduras militares contemporâneas na América Latina, como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Peru.

No caso do Brasil, como foi apresentado neste trabalho, a gestão econômica foi baseada na industrialização e em investimentos públicos. Por outro lado, no Chile, foram implementadas políticas neoliberais inspiradas na escola de economia da Universidade de Chicago, cujos representantes ficaram conhecidos como Chicago Boys. Já Bolívia, Paraguai e Peru apresentaram experiências mistas.

5 REFERÊNCIAS

ABREU, A. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (Verbete). Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em 13 set. 2024.

ARAUJO, V. L. A macroeconomia do governo Costa e Silva (1967-1969), Associação Brasileira de Pesquisadores em história econômica, 13º Conferência Internacional de História de Empresas Niterói, 2017. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/6%20A%20macroeconomia%20do%20governo%20Costa%20e%20Silva%20\(1967-1969\).pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/6%20A%20macroeconomia%20do%20governo%20Costa%20e%20Silva%20(1967-1969).pdf). Acesso em 13 set. 2024.

BARROS DE CASTRO, A.; PIRES DE SOUZA, F.E. A economia brasileira em marcha forçada. Editorial Paz e Terra Economia, p. 226, 2008.

BAUMANN R.; CASTRO NEVES, L.F. Abertura, Barreiras Comerciais e Desempenho Exportador Brasileiro. Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Escritório Brasília. LC.BRS.DT.016, 1998. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/c430bd1d-f9ec-4d39-8f7e-28baa7839d47/content>. Acesso em 13 set. 2024.

BIBLIOTECA PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. III PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/iii-pnd-serie-documentos-sociais-1980>. Acesso em 13 set. 2024.

BIELSCHOWSKY, R. Investimentos na indústria brasileira depois da abertura e do real: o mini-ciclo de modernizações, 1995-1997. Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) Serie Econômicas No. 44, L.C./L.289, 1999. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b052702d-e699-4527-b32c-45e2e000ea69/content>. Acesso em 1 jan. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L.C. 40 anos de desindustrialização. Jornal dos Economistas/CORECON, junho, 2019. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/articles/2019/278-40-anos-desindustrializacao-J.Economista-FOR.pdf>. Acesso em 4 jan. 2024.

CARNEIRO, B. A.; NEVES, L. A.; PERES, T.; VIEIRA, D. C. Brasil pós era de ouro; a fase da economia brasileira durante a gestão de Ernesto Geisel (1974 - 1979), Centro Universitário FMU, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://arquivo.fmu.br/prodisc/secretariado/bafc.pdf>. Acesso em 13 set. 2024.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR (CACEX), 1953. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D34893impressao.htm. Acesso em 13 de set. 2024

CANUTO, O. Abertura comercial, estrutura produtiva e crescimento econômico na América Latina. Economia e Sociedade, Unicamp, Vol. 3, No. 1, 1994. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/416/04CANUTO.pdf>. Acesso em 13 de set. 2024.

CAVALCANTE, A.; DE OLIVEIRA, T. M.; MAIA LIMA, A. C. Grau de Abertura Econômica, Esforço Exportador e Dependência das Importações: Uma Análise Comparativa do Ceará com os Estados e Regiões Brasileiras. [s. l.], 2017. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado de Ceara (IPECE). Textos de Discussão, Nº 123, novembro 2017. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_123.pdf. Acesso em 13 set. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE INDÚSTRIA (CNI) Coeficientes de abertura comercial. Revisão metodológica 2022. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/8e/b0/8eb0b08e-0568-4ee4-b3a0-207b76a8e4c9/coeficientedeaberturacomercial_metodologia_revisao_2022.pdf. Acesso: 1 jan. 2025.

_____. Coeficientes de abertura comercial. Revisão metodológica 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/7a/d8/7ad82599-7eef-431c-8e66-4aa6795eed2c/coeficientedeaberturacomercial_metodologia_revisao_2023.pdf. Acesso: 1 jan. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA(CEPAL), Cadernos estatísticos, 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/taxonomy/term/8080?page=1>. Acesso: 1 jan. 2025.

FILHO, L. V. O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: livraria José Olympio, Editora, 1975. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/98665>. Acesso em 13 set. 2024.

GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; HEMANN, J. (Orgs.) Economia Brasileira Contemporânea, 1945-2004. Rio Janeiro, Editora Campus, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824329/mod_resource/content/1/GIANBIAGI%20ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPORÂNEA%2C%202A%20ED_.pdf. Acesso em 13 set. 2024.

GRANDI, G. Celso Furtado, 100 anos: O Brasil pós-“milagre” (1981). [S.l.]: Boletim Informações Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), p. 69-76, 2020. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif477-69-76.pdf>. Acesso em 13 de set. 2024.

GUJARATI, D.; PORTER D. Econometría. 5ª edición. McGraw Hill, México, 2010.

KERECKI, M.; SANTOS, M. Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): do Milagre Econômico ao Fim do Sonho. Revista Historiador. [S.l.], v. 2, p. 183-188, 2009. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/56/59>. Acesso em 13 set. 2024.

KUME, H.; PIANI, G.; BRÁZ DE SOUZA C.F. A política brasileira de importação no período 1987-1998: descrição e avaliação Corseuil C.H.; Kume, H. (org) A Abertura Comercial Brasileira nos Anos 1990: impactos sobre emprego e salário. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Abertura_completo.pdf. Acesso: 1 set. 2025.

LANGONI, C. G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil: uma reafirmação. [S.l.], 1973. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/202b9571-9694-401f-8fa9-a502650f1ea1/content>. Acesso em 13 set. 2024.

MACARINI, J. P: A política Econômica do governo Medici 1970-1973: São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/CDqqSX6QKhCbgbJBkPQQ55B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 set.2024.

_____. Crise e Política econômica governo Figueiredo (1979-1984), Textos de Discussão IE/UNICAMP, Nº 144, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1774/textos144.pdf>. Acesso em 13 set. de 2024.

MACKINDER H.J.; DAL BO RIBEIRO, F.G. Ideais democráticos e realidade: um estudo sobre a política de reconstrução. Hucitec Editora Geografia, Teoria e Realidade, p. 267, 2022.

MAHAN, A. Mahan on Naval Warfare. Selections of the Writings or Rear Admiral Alfred T. Mahan. Courier Corporation, Dover Publications Inc. Mineola, New York, p. 372, 1999.

MIRANDA, J.C. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) Textos para discussão Nº 0829, Brasília outubro, 2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2063/1/TD_829.pdf. Acesso em 1 jan. 2025.

MOURA A. PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira: FGV editora, 2007.

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO (OBELA): Disponível em: <https://www.obela.org/estadisticas>. Acesso em 1 jan. 2025.

ORELLANA, ARAGON, J.A. Ensaio de economia internacional e integração: caso do Mercado Comum da América Central (MCCA) Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 330, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132943>. Acesso em 4 jan. 2025.

POLÍTICA INDUSTRIAL E COMERCIO EXTERIOR (PICE), 1990: Disponível em: https://www.infoconsult.com.br/legislacao/portaria_mefp/1990/p_mefp_365_1990.htm. Acesso em 1 jan. 2025.

SALOMÃO, I. Era do estrangulamento extremo a moratória: a negociação brasileira com o FMI no governo Figueiredo (1979-1985). *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/23400>. Acesso em 13 set. 2024.

SKIDMORE, T. *Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985*. Editorial Paz e Terra, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br>. Acesso em 2 feb. 2024.

VÁSQUEZ VICENTE, G. *Integración Económica y Abertura comercial en Centro América*. Plaza y Valdez Editores, Monografías Latinoamericanas CEIB, Madrid, p. 93-94, 2013.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do "Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 set. 2024.

TAVARES DE ARAUJO J. Jr.; PEREIRA DA COSTA, K. *Abertura comercial e Inserção internacional: os casos do Brasil, China e Índia*. Baumann org. Comissão Econômica de América Latina (CEPAL), Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA), p. 180, Brasília D.F., 2010. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/70eee64d-f44a-4028-a971-6a6937098d30/content>. Acesso em 13 set. 2024.

APENDICE A

Tabela A1- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018 com presença de autocorrelação

<i>Parâmetros</i> <i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>t – student</i>	<i>P – value</i>
β_0	6.00e+11***	10.25	0.000
M_t	1.860715***	2.07	0.043
X_t	4.793919***	5.18	0.000
$Dict_t$	-8.36e+10	-1.26	0.214
$R^2=0.9277$		$F(3,55)=235.88$	

Fonte: Construção própria utilizando STATA 12 ® a partir dos dados de CEPAL (2024) e OBELA (2025).

A significância estatística está definida por ***p<0.01, **p<0.05 y *p<0.10.

Tabela A2- Transformação Prais-Winsten AR(1)
regression -- iterated estimates

. . prais y m x dict

Iteration 0: rho = 0.0000
 Iteration 1: rho = 0.9358
 Iteration 2: rho = 0.9617
 Iteration 3: rho = 0.9737
 Iteration 4: rho = 0.9802
 Iteration 5: rho = 0.9839
 Iteration 6: rho = 0.9859
 Iteration 7: rho = 0.9871
 Iteration 8: rho = 0.9878
 Iteration 9: rho = 0.9882
 Iteration 10: rho = 0.9885
 Iteration 11: rho = 0.9886
 Iteration 12: rho = 0.9887
 Iteration 13: rho = 0.9887
 Iteration 14: rho = 0.9887
 Iteration 15: rho = 0.9888
 Iteration 16: rho = 0.9888
 Iteration 17: rho = 0.9888
 Iteration 18: rho = 0.9888
 Iteration 19: rho = 0.9888
 Iteration 20: rho = 0.9888
 Iteration 21: rho = 0.9888

Durbin-Watson statistic (original) 0.062374

Durbin-Watson statistic (transformed) 1.309602

Fonte: Construção própria utilizando STATA 12 ®

Tabela A3- Determinantes do Produto Interno Bruto (Y) do Brasil no período de 1960-2018

<i>Parâmetros</i>	<i>Coeficiêntes</i>	<i>t – student</i>	<i>P – value</i>
<i>Variáveis</i>			
β_0	7.17e+11***	10.25	0.002
M_t	2.275078***	6.62	0.000
X_t	1.865698***	3.31	0.002
$Dict_t$	-3.07e+10	-1.17	0.248
$R^2=0.3149$		$F(3,55)=8.43$ $Prob > F=0.0001$	
Durbin-Watson statistic (transformed)=1.309602			

Fonte: Construção própria utilizando STATA 12 ® a partir dos dados de CEPAL (2024) e OBELA (2025).

A significância estatística está definida por ***p<0.01, **p<0.05 y *p<0.10.

Tabela A4- Robust regression

. reg y m x dict

Huber iteration 1: maximum difference in weights = .38317193
 Huber iteration 2: maximum difference in weights = .12584933
 Huber iteration 3: maximum difference in weights = .10115614
 Huber iteration 4: maximum difference in weights = .10533982
 Huber iteration 5: maximum difference in weights = .09149075
 Huber iteration 6: maximum difference in weights = .05676224
 Huber iteration 7: maximum difference in weights = .0240771
 Biweight iteration 8: maximum difference in weights = .29370582
 Biweight iteration 9: maximum difference in weights = .34136714
 Biweight iteration 10: maximum difference in weights = .09659674
 Biweight iteration 11: maximum difference in weights = .01020052
 Biweight iteration 12: maximum difference in weights = .01333163
 Biweight iteration 13: maximum difference in weights = .01488795
 Biweight iteration 14: maximum difference in weights = .01617482
 Biweight iteration 15: maximum difference in weights = .02448268
 Biweight iteration 16: maximum difference in weights = .00555969
 Robust regression

Fonte: Construção própria utilizando STATA 12 ®